

BIBLIOTECA ESCOLAR X SALA DE LEITURA: uma análise reflexiva da realidade de Presidente Prudente (SP)

SCHOOL LIBRARY X READING ROOM: a reflective analysis of the reality from Presidente Prudente (SP)

Juliane Francischeti Martins Motoyama¹

Renata Junqueira de Souza²

RESUMO

Apresenta reflexivamente a realidade das bibliotecas escolares e salas de leitura da cidade de Presidente Prudente - SP. Investiga 65 escolas municipais de educação infantil e ensino fundamental e conjecturamos, com base em pesquisa bibliográfica e dados coletados por meio de questionário, sobre como são organizados os espaços de leitura. O objetivo é compreender como os gestores escolares do município percebem os conceitos de biblioteca escolar e sala de leitura e como nomeiam seus espaços para que, a partir da realidade municipal, analisemos e discutamos propostas que podem mudar os espaços para o desempenho adequado de sua função: formar leitores. Os dados avaliados foram obtidos de duas formas: pesquisa bibliográfica sobre os documentos que padronizam os espaços de leitura da rede municipal de ensino e pesquisa de campo com aplicação de questionário respondido pelos gestores das escolas no início de 2019 por meio do Google Forms. Os resultados mostram que falta ao município coerência na organização de seus espaços de leitura e, embora alguns afirmem possuir bibliotecas escolares, todos possuem salas de leitura administradas por profissionais readaptados e com atendimento precário. Conclui mostrando uma mudança tímida que pode, se for realizada, modificar essa realidade, pois a Secretaria Municipal de Educação estaria incluindo, nas funções do centro de treinamento do município, cursos para funcionários das salas de leitura e orientações para melhorias nos espaços de leitura.

Palavras-chave: Biblioteca escolar. Sala de leitura. Organização de biblioteca escolar. Professores readaptados.

ABSTRACT

This article reflexively presents the reality of school libraries and reading rooms in the city of Presidente Prudente - SP. In this text, we focus 65 municipal schools of early childhood education and elementary education and conjecture, based on a

¹Doutora em educação e diretora do Centro de Formação Permanente dos Profissionais da Educação (CEFOPPE) de Presidente Prudente-SP. E-mail: julianefmotoyama@gmail.com.

²Livre-docente na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, professor visitante da Universidade do Minho. Possui graduação em Letras pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1987). Mestrado em Linguística e Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1990). Doutorado em Letras pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2000), Pós-doutorado pela University of British Columbia (2001) e pela Ohio State University (2005). E-mail: renata.junqueira@unesp.br.

bibliographic research and data collected through a questionnaire, about how the spaces for reading are organized. The objective is to understand how school administrators in the municipality perceive the concepts of school library and reading rooms and how they name their spaces so that, based on the municipal reality, we analyze and discuss proposals that can change spaces can adequately perform their function - to form readers. The data presented and evaluated here were obtained in two ways: bibliographic research on the documents that standardize reading spaces in the municipal education system and a questionnaire answered by school managers in early 2019 via Google Forms. The results show that the municipality lacks coherence in the organization of its reading spaces and, although some claim to have school libraries, all have reading rooms managed by readapted professionals and with precarious customer service. We conclude by showing a timid change that may, if it is carried out, modify this reality because the municipal education department would be including in the functions of the training center of the municipality, courses for the employees of the reading rooms and guidance for improvements in the reading spaces.

Keywords: School library. Reading room. School library organization. Readapted teachers.

Submissão: 10 out. 2020

Aprovação: 03 dez. 2020

1 INTRODUÇÃO

Embora existam muitos estudos sobre bibliotecas escolares e recomendações sobre como esse espaço deva ser organizado (CAMPELLO, 2010; CAMPELLO et al., 2008; CAMPELLO; SILVA, 2010; IFLA, 1999, 2002), o que observamos ao longo de nossos estudos em Presidente Prudente – SP é que muitas escolas preparavam os espaços de leitura do modo como “conseguiam” sem considerar as recomendações oficiais ou de pesquisadores da área. Buscando compreender qual era a dinâmica do município para realizar um trabalho de intervenção, inicialmente pautado em uma formação, um questionário foi aplicado pela Secretaria Municipal de Educação (SEDUC) entre janeiro e fevereiro de 2019 para fazer um levantamento da situação das Bibliotecas escolares/Salas de leitura da rede municipal de Presidente Prudente e em busca de tentativas, mesmo que iniciais para a montagem de bebetecas³. Tais dados, nos foram oferecidos para análise e, a partir de então muitas reflexões fizeram parte de nossas investigações.

³ Terminologia adotada pelas autoras embasadas em Escardó (1992). O termo "Bébéthèque" foi mencionado em uma palestra realizada em Salamanca, em 1987, por Mercê Escardó e, se referiu a práticas de promoção de leitura para bebês em instituições educativas (creches).

As informações presentes neste artigo foram apenas comentadas sem maior aprofundamento no corpus da tese: “Bebeteca: engatinhando entre livros” (MOTOYAMA, 2020)⁴, por não serem o objeto de estudo naquela ocasião, mas são fundamentais para compreendermos o ambiente em que a pesquisa foi desenvolvida.

Neste artigo, analisamos as orientações municipais sobre Biblioteca escolar e Sala de leitura⁵ e voltamos aos dados de cada uma das questões do questionário. O objetivo é compreender como a comunidade escolar de uma cidade de porte médio no interior do Estado de São Paulo compreende Biblioteca escolar e Sala de Leitura (o conceito geral e como organizam e nomeiam seus espaços). Tais análises são importantes para futuras políticas municipais de leitura, que devem prever melhorias tanto no espaço, acervo, formação daquele que trabalha nos espaços de leitura e na oferta de um suporte em rede de informações.

Assim, iniciamos esse artigo contextualizando os dados e refletindo sobre a necessidade da Biblioteca escolar e como ela é concebida e organizada pelo município.

2 CONTEXTUALIZANDO OS DADOS

De acordo com os dados do Instituto Brasileiro Geográfico e Estatístico (IBGE), no ano de 2018, a população estimada do município era de 227.072 em um território de, aproximadamente, 368,89 habitantes por quilômetro quadrado. A taxa de escolarização do município entre os habitantes de 6 e 14 anos era de 97,8% em 2010, sendo que, nos anos iniciais do ensino fundamental o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) no ano de 2019 era de 6,7.

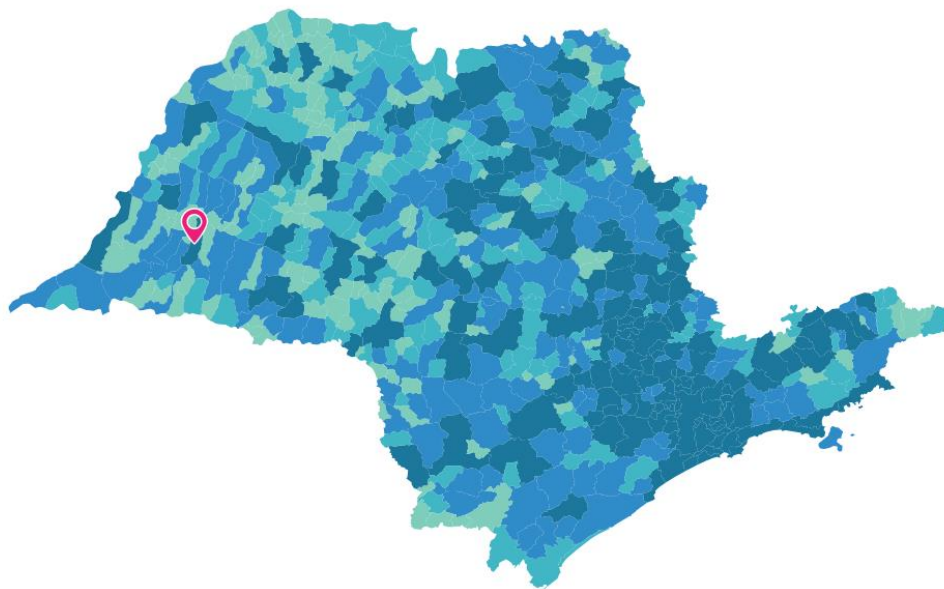
O município localizado no Estado de São Paulo, ao Oeste da capital a cerca de 556 km da mesma possui 220 bairros e conta com os distritos de Ameliópolis, Eneida, Floresta do Sul e Montalvão, sendo um dos principais polos industriais,

⁴ Tese de doutoramento produzida na Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente – SP, FCT/UNESP, orientada pela professora Dra. Renata Junqueira de Souza.

⁵ A Resolução SE 15, de 18-2- 2009 do Estado de São Paulo criou o conceito de Sala de leitura, esse documento, desobriga a presença do bibliotecário no espaço de leitura escolar. No decorrer do texto, nos aprofundaremos no conteúdo desta Resolução.

culturais e de serviços da região (Figura 1). A cultura local baseia-se em teatro, música e esporte.

Figura 1 - Localização de Presidente Prudente no Estado de São Paulo



Fonte: IBGE (2019).

De acordo com os dados do site oficial da Prefeitura Municipal de Presidente Prudente, a Secretaria Municipal de Educação (SME), também chamada de SEDUC, foi criada pela Lei nº 2296/83 de 21 de dezembro de 1983 (PRESIDENTE PRUDENTE, 1983) e, atualmente, é considerada a maior rede pública de ensino do Pontal do Paranapanema, com o status de sistema de ensino⁶. Atende a Educação Infantil – berçário, maternal e pré-escola (0 a 5 anos) –; Ensino Fundamental – 1º ao 5º ano –; e Educação de Jovens e Adultos. Desde 17 de agosto do ano 2010, com o Decreto Nº 21.142/2010, a Prefeitura Municipal deu início ao projeto piloto (atualmente política pública) de educação integral na Rede Municipal, denominado Cidadescola, que acolhe crianças do ensino fundamental regular com atividades de enriquecimento curricular compreendendo 9 (nove) horas diárias de atendimento.

⁶ De acordo com as normas estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9.394/96), título IV (da organização da educação nacional), do artigo 8 ao 20.

No que diz respeito às questões da organização da educação municipal, como um todo, de acordo com Gonzaga (2017, p. 58):

O município de Presidente Prudente conta com 63 escolas particulares – 23 pré-escolas, 23 EF e 17 EM –; 49 escolas da rede pública de ensino estadual, responsável pelas escolas dos anos finais do EF e EM; e possui ainda uma unidade que oferta o Pré-escolar, 25 EF e 23 EM. A rede municipal é responsável pelo funcionamento de 63 escolas públicas: 32 Pré-escolar, 31 EF e o EM. Não existe escola pública federal no município.

Em âmbito municipal, no ano de 2019, 52 escolas de educação infantil e ensino fundamental I participaram da pesquisa feita pela SEDUC. Responderam ainda as questões 4 creches filantrópicas conveniadas à prefeitura e 9 escolas de gestão compartilhadas com outras instituições como o Instituto Socializar, Instruir e Modificar (SIM) e pelo Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista (CIOP). Assim, totalizou-se 65 (sessenta e cinco) escolas municipais participantes de levantamento de dados sobre Bibliotecas escolares e Salas de Leitura.

2.1 As diretrizes municipais para ambientes de leitura

Por entender que todas as ações desenvolvidas na escola são oriundas das políticas públicas direcionadas pela SEDUC, e considerando esse corpus de 65 (sessenta e cinco) escolas municipais, antes de analisarmos como elas se organizam, estudamos os documentos oficiais que as orientam sobre os espaços de leitura (cantinho da leitura, biblioteca escolar, Sala de leitura e outros). O intuito dessa investigação inicial foi a de entender que tipo de orientação os gestores recebiam para organização dos espaços de leitura em suas respectivas escolas.

Na pesquisa bibliográfica, encontramos três documentos que mencionavam de algum modo tais espaços de leitura: o “Regimento Comum das Escolas Municipais de Presidente Prudente” de 1999, as “Diretrizes para a Organização do Trabalho de Formação Continuada na Rede Municipal de Educação” de 2002 e o “Manual de Normas e Procedimentos: Sala de leitura” do ano de 2016.

Aprovado pelo Decreto n.º 13.489/1999, o “Regimento Comum das Escolas Municipais de Presidente Prudente” regulamenta a organização e o funcionamento das escolas municipais. Encontramos apenas uma menção ao espaço de leitura no capítulo 3, Seção II, Artigo 71 que trata dos recursos auxiliares. Neste texto, a biblioteca aparece juntamente com outros ambientes escolares e decreta-se que ela

deve ser abordada e estruturada a partir do Plano Diretor de cada escola, mas não há detalhamentos sobre como a Biblioteca escolar deve ser organizada (PRESIDENTE PRUDENTE, 1999).

No ano de 2002, foram redigidas pela Coordenação Pedagógica da SEDUC as “Diretrizes para a Organização do Trabalho de Formação Continuada na Rede Municipal de Educação”. O documento construído ao longo do ano 2000 teve a intenção de organizar as ações de formação continuada da Rede Municipal e disposto em formato de artigos que abordam diferentes temas (Quadro 1).

Quadro 1 - Organização das “Diretrizes para a Organização do Trabalho de Formação Continuada na Rede Municipal de Educação” de 2002.

Tema	Autor	Páginas
Diretrizes para a Organização do Trabalho de Formação Continuada na Rede Municipal de Educação	Coordenação Pedagógica	1 – 6
Plano Diretor	Coordenação Pedagógica	7 – 13
Papel do Orientador no Processo Pedagógico	Sem menção	14
Papel do Diretor no Processo Pedagógico	Sem menção	15
Orientações para a Elaboração do Plano de Trabalho do Diretor e do Orientador Pedagógico.	Jussara Oliveto	16 – 21
A Rotina na Educação Infantil	Marli de Oliveira Rodrigues Simone Maria Carlos Gakiya	22 – 32
A Rotina Escolar X Hiperatividade na Educação Infantil	Jussara Oliveto	33 – 36
A Rotina Escolar X Hiperatividade no Ensino Fundamental	Jussara Oliveto	37 – 42
Orientações para o Trabalho com Leitura e Escrita	Jussara Oliveto	43 – 46
Alfabetização e Letramento	Márcia Satomi T. Ferreira	47 – 57
O Desenvolvimento das Noções de Espaço e Tempo na Escola	Simone Conceição P. Deák	58 – 63
Contextualizando as Dificuldades de Aprendizagem	Jussara Oliveto	64 – 67
Síndrome do Déficit de Atenção com Hiperatividade	Jussara Oliveto	68 – 72
Avaliação e Encaminhamento das Crianças Portadoras de Necessidades Educacionais Especiais	Jussara Oliveto	73 – 74
Sala de Recursos e Classe Especial para Deficientes Físicos	Jussara Oliveto	75 – 76
Orientações para o Funcionamento da Sala de Recursos	Jussara Oliveto	77 – 80
CrITÉrios de Avaliação: Pré-escola e Ensino Fundamental	Jussara Oliveto	81 – 98
A Matemática na Educação de Jovens e Adultos	Maria do Carmo F. Paula	99 – 100

Fonte: As Autoras (2020).

Neste material único de formação, pois não houve nenhuma atualização desde sua primeira versão em 2002, foram encontradas nove referências à biblioteca na escola. Na primeira, ainda na parte introdutória, a biblioteca aparece, junto com outros locais como sugestão de espaços que podem ser visitados com os professores durante o Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo (HTPC) para “[...] que favoreça o conhecimento / aprofundamento de questões específicas e amplie a ação pedagógica dos educadores.” (PRESIDENTE PRUDENTE, 2002, p. 3). Neste caso, embora não se defina a biblioteca claramente ou se refiram especificamente ao espaço, ela é abordada no contexto de formar o docente para os desafios de sua prática pedagógica oferecendo conhecimento em questões específicas que inferimos serem os conteúdos que se trabalha durante as aulas.

Segunda, terceira e a quarta menção à biblioteca escolar decorrem em um contexto de trabalho burocrático no capítulo “Orientações para a Elaboração do Plano de Trabalho do Diretor e do Orientador Pedagógico”. A primeira parte descreve que ao organizar o HTPC, o orientador pedagógico deve propor como será a ação desenvolvida por ele com os professores nestes espaços; posteriormente, o documento menciona que a rotina de uso da Biblioteca escolar deve ser construída pelo Orientador Pedagógico com o auxílio do Diretor da escola; por fim, a palavra biblioteca aparece como acessório em um exemplo de como deve ser o planejamento anual do trabalho dos gestores, utilizando como modelo o mês que se comemora o dia internacional do livro infantil (2 de abril) e o nacional (18 de abril), sugerindo que em abril se iniciasse os projetos da biblioteca, mas não se apresenta um exemplo ou direcionamento de como seriam esses projetos.

Na sequência, a quinta referência à biblioteca vem no capítulo sobre a rotina na educação infantil. Há no documento uma sugestão de atividade coletiva de visita aos espaços comunitários como: bairro, praça e biblioteca (inferimos que seja a biblioteca pública, pois essa é uma recomendação de visitas extraescolares). Já na parte que menciona a rotina no ensino fundamental, sexta alusão, explora vagamente sobre o espaço da biblioteca ao mencionar que a escola deva ter um ornamentado com almofadas sem fazer referência aos livros ou outros recursos de leitura e/ou pesquisa.

A sétima referência ao termo se dá no trecho que aborda as questões de orientações para o trabalho com leitura e escrita quando se aconselha que a escola, através de seus docentes trabalhe com projetos de leitura e que se construa uma biblioteca com as produções das crianças. A sugestão é que se possa envolver os alunos em momentos de leitura e estudo para produzirem uma gravação em fita K7 sobre as curiosidades e assuntos que estudaram e, essa produção, deve ser disponibilizada na biblioteca escolar.

Não há uma sugestão de como será esse estudo ou qual material será utilizado (livros da biblioteca, livros didáticos, pesquisas, etc.). Neste caso, o documento não aborda a compra de livros ou assuntos que se relacione a função desse espaço, fala-se apenas da organização do local com materiais dos alunos. Nessa passagem das “Diretrizes para a Organização do Trabalho de Formação Continuada na Rede Municipal de Educação” o leitor pode inferir sobre a biblioteca ser parte de um espaço de elaboração de conhecimento a partir da análise de fontes de informação, no entanto falta a defesa de um acervo de qualidade composto por diferentes materiais de pesquisa e leitura. Ao contrário disso, se sugere que as crianças produzam o acervo, minimizando várias fontes de informação e super valorizando os textos das crianças, como se fossem exemplares e pertencentes ao espaço da biblioteca. Surge então, uma questão: como a criança, um aprendiz de leitor e escritor, produzirá acervo de qualidade para pesquisa quando nem ela teve acesso a isso?

Por fim, oitava e nona referências estão localizadas no trecho que desenvolve as questões de Alfabetização e Letramento. Na primeira sugestão, é aconselhado que o professor trabalhe com fichas de leitura (não há referências aos livros infantis) da escola nas quais as crianças podem descobrir os gêneros textuais e “[...] identificar qual é a correta, entre várias possibilidades antecipáveis: qual das fichas da biblioteca corresponde ao conto de Branca de Neve, qual ao da Gata Borralheira [...]” (PRESIDENTE PRUDENTE, 2002, p. 49). Na segunda atividade é para o docente solicitar que as crianças registrem os “[...] títulos dos livros na ficha de controle da biblioteca de classe.” (PRESIDENTE PRUDENTE, 2002, p. 50).

Ao analisar essas duas citações extraídas do documento novas questões são levantadas. Uma delas está relacionada ao aluno: como ele reconhecerá o gênero

textual em fichas de leitura? Retirando-se o texto de seu suporte, modifica-se sua estrutura e, conseqüentemente, a originalidade do suporte do gênero e isso dificulta o reconhecimento por parte de um leitor em formação. Neste mesmo contexto que aponta fichas como material de leitura da Biblioteca escolar, sugere-se que a criança registre o título dos livros na ficha de controle da biblioteca de classe (carteirinha de empréstimo), uma prática comum aos usuários de biblioteca que retiram livros emprestados, no entanto fichas de leitura não são livros.

Justamente a esta última recomendação nos surge mais uma dúvida: o que seria uma biblioteca de classe? Inferimos que sejam os cantinhos da leitura ou caixas com livros que os professores têm o hábito de deixar no fundo da sala de aula. Se nossa inferência estiver correta, há vários equívocos no documento, afinal "cantos" e "caixas" não são bibliotecas, pois não estão adequados aos critérios mínimos para tal. Bibliotecas estão minimamente organizadas de acordo com normas bibliográficas, a coleção deve ter sido desenvolvida com critérios. O espaço de uma Biblioteca escolar é específico para poder abrigar atividades integradas ao currículo da escola. Não podemos chamar de biblioteca um local que apenas disponibiliza um apanhado de livros e/ou fichas de leitura, ao passo que o espaço da classe não comporta tudo que uma biblioteca deve ter (livros infantis, livros de informação, enciclopédias, computadores, materiais digitais, adereços para dinamização de leitura, entre outros).

Como síntese de leitura e análise das "Diretrizes para a Organização do Trabalho de Formação Continuada na Rede Municipal de Educação" (PRESIDENTE PRUDENTE, 2002), podemos afirmar que elas não se voltam para a função da Biblioteca escolar como um espaço de desenvolvimento infantil ou mesmo um espaço mediador na formação do leitor. Todas as menções à BE no documento destacam o espaço externo e não há um detalhamento ou orientações sobre seus usos e sua organização. Vale lembrar que essas Diretrizes são para toda rede municipal de educação, assim tanto gestores, como professores têm acesso a leitura do documento.

Em alguns momentos, como na questão da organização da rotina, fica implícita a ideia de que apenas o ensino fundamental necessita de biblioteca, já que as crianças da educação infantil devem visitar a biblioteca do bairro e nada é dito

sobre elas possuem um espaço na própria escola como uma biblioteca infantil ou bebeteca.

No mesmo documento, para os anos iniciais, a única indicação que se tem sobre o espaço da Biblioteca escolar é a de que deve haver almofadas e alguns materiais de leitura como fichas de leitura e fitas com gravações das crianças. Diante disso, constatamos a fragilidade da concepção de biblioteca defendida pelas diretrizes do município e a necessidade de uma política pública municipal que apóie ações de formação do leitor em creches e pré-escolas e inclua a Biblioteca escolar como um dos mais importantes locais para que isso aconteça.

Dando continuidade as análises dos documentos oficiais do município, apresentamos o “Manual de Normas e Procedimentos da Sala de leitura” (PRESIDENTE PRUDENTE, 2016). Ele é composto por vinte e seis páginas e foi elaborado com o intuito de orientar a organização das Salas de Leitura municipais. Nas escolas de Presidente Prudente – SP não há um bibliotecário para administrar individualmente os espaços de leitura. As escolas que possuem um funcionário na Sala de leitura, geralmente têm um profissional que foi readaptado e inserido nesse espaço.

Há em Presidente Prudente, uma bibliotecária concursada que atua diretamente no Centro de Formação Permanente dos Profissionais da Educação (CEFORPPE) e é a responsável pela normatização dos espaços e dos acervos das escolas municipais. No ano de 2016, alguns meses após ingressar no sistema municipal de Presidente Prudente – SP, essa bibliotecária elaborou, com a colaboração da supervisão e coordenação pedagógica, um documento denominado “Manual de Normas e Procedimentos: Sala de leitura” e entregou uma cópia para cada unidade escolar. No entanto, após a leitura e análise do documento, verificamos que ele enfatiza as normas de catalogação técnica e discorre sobre o livro sem voltar-se especificamente para as questões de organização de espaços de leitura, sejam eles Salas de Leitura ou biblioteca escolar, bem como não menciona as bebetecas, talvez porque há época ainda não havia nenhum espaço para bebês. Ainda, podemos notar que não há nenhuma menção específica as escolas que atendem crianças de 0 a 5 anos, mesmo havendo aproximadamente de 30 (trinta) instituições de Educação Infantil na cidade.

No início do manual há uma introdução com uma breve definição de Biblioteca escolar e de Sala de leitura com base em documentos oficiais, como a Lei Federal 12.244/2010 (BRASIL, 2010) e os “Parâmetros para Bibliotecas Escolares Brasileiras: Fundamentos de sua Elaboração e no texto Biblioteca escolar como Espaço de Produção do Conhecimento: Parâmetros para Bibliotecas Escolares” (CAMPELLO; SILVA, 2010). Em seguida, é apresentada a organização do sistema municipal de ensino e suas Salas de Leitura. Assim, o manual leva em conta o fato de as escolas não possuírem um bibliotecário e apresenta como os livros devem ser catalogados. No entanto, não se explicita quem fará esse trabalho.

As demais partes do documento discutem: o livro, as partes dos livros (externa, interna e a página de rosto), o caminho do livro quando chega na Biblioteca escolar (como receber, o que fazer para catalogar, como colocar nas estantes), seleção, aquisição, carimbagem (como devem ser as informações do carimbo de registro), carimbo de registro (onde deve ser colocado), classificação, notação de autor, tombo, etiquetas, organização das prateleiras, desbaste, catalogação e indexação. Nos anexos são apresentados: modelo de termo de doação, Classificação Decimal de Dewey (CDD) resumida (ordem das prateleiras), tabela de classificação por cor reorganizada para as bibliotecas escolares e uma lista de materiais que podem ser descartados.

Cabe-nos dizer que o Manual dá mais ênfase à catalogação, considerada importante no trabalho do auxiliar de biblioteca escolar, que, ao ser readaptado, não recebe formação para organizar o local em que irá atuar. Essas normas de catalogação podem ser significativas para se construir uma Biblioteca escolar adequada, mas muitas vezes pouco práticas para aqueles profissionais que não têm formação em Biblioteconomia.

Diante do exposto, é necessário pensarmos em caminhos para unirmos a organização do espaço, do acervo, mas também atividades de dinamização, que traga a criança para a Sala de leitura e incentive-a a conhecer o espaço, os livros e principalmente que lhe desperte curiosidade e vontade de ler.

Assim, avaliamos que no sistema de ensino de Presidente Prudente – SP há normas técnicas que são disponibilizadas pela bibliotecária por intermédio deste manual e há o profissional que, muitas vezes, é pedagogo e atua como auxiliar de

biblioteca "readaptado". Há, entretanto, a necessidade de uma formação para que esses colaboradores compreendam como podem organizar sistematicamente o espaço em que atuam. Pois se levarmos em consideração que todo esse conhecimento foi colocado numa espécie de apostila e que nada nos dá garantias de que será lido e aplicado. Além dessa questão, esse sujeito que atua na BE deveria simultaneamente, desenvolver ações de dinamização, ou seja atividades que incentivem o ato de ler. Logo, falta a união entre o técnico e o pedagógico.

O papel do bibliotecário escolar é ser,

[...] responsável pelo planejamento e gestão da biblioteca escolar. Deve ser apoiado tanto quanto possível por equipe adequada, trabalhar em conjunto com todos os membros da comunidade escolar e deve está em sintonia com bibliotecas públicas e outros. O papel do bibliotecário escolar varia de acordo com orçamentos, currículos e metodologias de ensino das escolas do quadro legal e financeiro do país. Em contextos específicos, há áreas gerais de conhecimento que são vitais se os bibliotecários escolares assumirem o desenvolvimento e a operacionalização de serviços efetivos: gestão da biblioteca, dos recursos, da informação e do ensino. Em vista dos crescimentos dos ambientes de rede os bibliotecários escolares devem tornar-se competentes no planejamento e na instrução das diferentes habilidades para o manuseio de novas ferramentas de informação, tanto a professores como a estudantes. Portanto, devem obter contínuo treinamento e desenvolvimento profissional. (IFLA,1999, não paginado).

Neste sentido, como as escolas não contam com bibliotecários escolares, é importante que o funcionário readaptado seja preparado tanto para as questões técnicas do espaço, como para as ações pedagógicas que definitivamente podem aproximar o aluno da leitura. Percebemos, no entanto, que não há uma cultura de trabalho coletivo. Se a leitura for tomada como uma das funções basilares da escola e, a biblioteca ou Sala de leitura ocupar um espaço central de importância na instituição, com o funcionário readaptado dialogando tanto com os professores, como alunos, auxiliando na aquisição de conhecimentos e de prazeres (específicos, do texto literário) poderia se vislumbrar o início de uma comunidade de leitores.

Pudemos então verificar os documentos oficiais do município que discutem a organização da Sala de leitura ou Biblioteca escolar. A seguir, nos deteremos a análise de algumas questões do instrumento elaborado pela SEDUC e respondido entre janeiro e fevereiro do ano de 2019 pelos gestores escolares, a fim de conhecermos a realidade do município e confrontá-la com os documentos oficiais.

3 A BIBLIOTECA ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE PRUDENTE

Entre os anos de 2018 e 2019, a Equipe Técnica da SEDUC começou um movimento para conhecer as bibliotecas e espaços de leitura das instituições escolares. O questionário ao qual nos referimos foi enviado via GoogleForms, contendo 21 (vinte e uma) questões de natureza exploratória⁷. Ele foi elaborado pela SEDUC e utilizado com a devida autorização para esse artigo. Com o intuito de realizar um diagnóstico nas Bibliotecas/Salas de leitura que existiam/ou não na rede municipal de Presidente Prudente para, enfim, chegar ao número exato de bibliotecas escolares, de Sala de leitura e de bebetecas que elas possuem.

Com os dados do questionário em mãos, pudemos observar algumas singularidades no sistema de ensino, como as etapas do ensino que são atendidas pelas bebetecas, pelas Salas de leitura e pelas bibliotecas escolares.

As questões enviadas para as escolas eram mistas: abertas e fechadas (possibilidade de múltipla escolha), sendo que, ao final, os respondentes anexaram duas fotos das bibliotecas da escola, Salas de leitura ou dos espaços onde organizam os livros. Analisando a construção desse questionário, identificamos algumas categorias, que descrevemos no Quadro 2.

Quadro 2 – Categorias do questionário enviado para as escolas pela SEDUC em 2019

Partes do instrumento	Abordagem	N.º de questões
Parte 1	Identificação da escola e das etapas de ensino que atende.	2 questões
Parte 2	Identificação da existência ou não de biblioteca e dos responsáveis pelo espaço.	6 questões
Parte 3	Apresentação da biblioteca ou do espaço onde os livros estão disponíveis	8 questões
Parte 4	Os usos do espaço da biblioteca/Sala de leitura ou de onde ficam os materiais de leitura	5 questões

Fonte: Elaborado pelas autoras (2019).

A partir do questionário mencionado, embora algumas escolas alegassem possuir bibliotecas escolares, constatamos que existiam Salas de leitura no

⁷ De acordo com Gil (2008) esse modelo de instrumento de pesquisa auxilia o pesquisador a explicitar o problema e criar familiaridade com ele. Assim como foi feito no processo de elaboração da tese “Bebeteca: engatinhando entre livros” (MOTOYAMA, 2020) esse tipo de questionário auxilia no conhecimento inicial dos fatos para posterior aprofundamento teórico.

município, e todas elas eram organizadas, naquele momento, por mulheres que são auxiliares de Biblioteca escolar readaptadas, ou seja, que prestaram concurso para outra função, mas, devido a problemas de saúde, foram readaptadas para atuarem nesse espaço.

As escolas que responderam ao questionário estavam organizadas de diferentes maneiras, sendo que algumas atendiam exclusivamente uma etapa do ensino entre a educação infantil e o ensino fundamental I e outras eram mistas. As primeiras questões tiveram como objetivo traçar esse panorama quando foi indagado: “1) Nome da escola; 2) Etapa de ensino que atende”. Apresentamos as respostas no Quadro 3.

Quadro 3 - Escolas do Sistema Municipal de Ensino de Presidente Prudente – SP em 2019

Nível de ensino	Quantidade
Creche – 0 a 3 anos	14
Pré – Escola – 4 a 5 anos	2
Creche e pré-escola – 0 a 5 anos	15
Ensino Fundamental I	14
Ensino Fundamental I e pré-escola	7
Pré – Escola e 1º ano	1
Creche, pré-escola e primeiro ano	1
Educação Infantil e Ensino Fundametal	6
Pré- escola, ensino fundamental I e EJA	1
Total	61

Fonte: Elaborado pelas autoras (2019).

Os dados demonstram que o sistema de ensino se mostra mutante à medida que, anualmente, adapta-se as necessidades da comunidade local abrindo e fechando salas de aula de diferentes níveis para atender as demandas de cada região da cidade. Logo, por esse panorama, entende-se que todas as Bibliotecas escolares ou Salas de Leitura devem estar aptas a atenderem todos os públicos, pois se em um ano não há pré-escola em uma determinada unidade, por exemplo, no ano seguinte poderá vir a ter.

Na terceira questão, buscamos entender que definição as escolas davam aos seus espaços de leitura: Biblioteca escolar ou Sala de leitura? Quando nos debruçamos sobre estudos a respeito dos espaços de leitura percebemos que de acordo com os estudiosos, cada um deles é compreendido e definido de modo

distinto. A ideia de Sala de leitura se desenvolveu a partir da Resolução SE 15, de 18-2-2009 criada pelo Governo do Estado de São Paulo, que possivelmente para não ter a obrigatoriedade de um profissional bibliotecário em suas escolas, criou o nome Sala de leitura, como sinônimo de Biblioteca escolar. Esta resolução a define como um espaço de formação do leitor:

[...] fica criada, em cada unidade escolar da rede pública estadual, uma Sala de Leitura que objetiva oferecer aos alunos de todos os cursos e modalidades de ensino: I - oportunidade de acesso a livros, revistas, jornais, folhetos, catálogos, vídeos, DVDs, CDs e outros recursos complementares, quando houver;
II – espaço privilegiado de incentivo à leitura como fonte de informação, prazer, entretenimento e formação crítico, criativo e autônomo. (SÃO PAULO, 2009, não paginado).

Neste programa de Governo, cabe ao diretor da escola indicar quem será o responsável por gerir o espaço, mas há algumas normas estabelecidas pela Resolução que direcionam essa escolha:

I - possuir vínculo docente junto à Secretaria de Estado da Educação, no campo de atuação referente a aulas dos ensinos fundamental e médio, devendo encontrar-se na condição de readaptado, com rol de atividades compatível com as atribuições a serem desenvolvidas. II - ser portador de diploma de licenciatura plena, preferencialmente em Letras; III - possuir, no mínimo, 3 (três) anos de experiência docente no Quadro do Magistério da Secretaria de Estado da Educação (SÃO PAULO, 2009, não paginado).

Vemos nos requisitos apresentados que, o primeiro fator que diferencia a Sala de leitura da Biblioteca escolar trata da necessidade de sujeito precisa encontrar-se na condição de readaptado para assumir esse espaço de leitura. Não há a exclusão de outros profissionais para tal atividade, mas existe a preferência pelo readaptado⁸.

Desse modo, os funcionários da educação que não podem mais exercer seu trabalho em sala de aula assumem as Salas de Leitura com a função de oferecer, segundo a SE 15, de 18-2-2009, “informação e cultura atualizadas” para os alunos do sistema estadual de ensino. O trabalho deste profissional é dividido em cinco dias da semana em, no mínimo, dois turnos e a preferência é que tenham formação em

⁸O servidor integrante do Quadro do Magistério - QM, ou do Quadro de Apoio Escolar - QAE ou, ainda, do Quadro da Secretaria da Educação - QSE, poderá ser readaptado, desde que se verifique alteração em sua capacidade de trabalho, por modificação do estado de saúde física e/ou mental, comprovada mediante inspeção médica, a ser realizada pelo Departamento de Perícias Médicas do Estado - DPME da Secretaria de Planejamento e Gestão – SPG.” (SÃO PAULO, 2017, s/p).

Letras, mas há a possibilidade de licenciados em outras áreas do conhecimento assumirem o cargo, pois o que prevalece é a indicação do diretor⁹.

No caso do município de Presidente Prudente – SP, embora se faça uso da definição de Sala de leitura da Resolução do estado de São Paulo, o texto não é adotado na íntegra. Os readaptados que vão atuar nos espaços de leitura não são necessariamente os professores, existindo alguns casos de profissionais que não são do quadro do magistério readaptados como auxiliares de Biblioteca escolar atuando em Salas de leitura.

Salas de leitura são, portanto, espaços que abrigam livros e leitores, o local pode priorizar uma ambientação que favorece práticas de leitura e de acesso a acervos. É importante ainda que esse profissional aborde questões da seleção e do uso das informações, de análise de fontes de informações, dentre outras ações que a Biblioteca escolar prioriza.

Dessa maneira, a biblioteca escolar, para além das questões de formação do leitor, preocupa-se com questões técnicas e administrativas que culminam em uma formação mais ampla de usuários. A criança passa por diferentes experiências com o livro a partir de práticas de dinamização do espaço e de leitura e o contato com a informação a partir de uma organização sistematizada de classificação e catalogação de acervo e das diferentes fontes de informação disponíveis. O espaço da biblioteca escolar, para além do leitor, forma o pesquisador.

O que se pode constatar é que a biblioteca é uma entidade mutante e viva, que, de acordo com o seu público, organiza-se em diferentes formas, podendo ser uma biblioteca infantil, pública, nacional, comunitária, escolar, dentre tantas outras tipologias. Assim, a Biblioteca escolar é aquela que, segundo Pimentel et al. (2007, p. 23):

Localiza-se em escolas e é organizada para integrar-se com a sala de aula e no desenvolvimento do currículo escolar. Funciona como um centro de recursos educativos, integrado ao processo de ensino-aprendizagem, tendo como objetivo primordial desenvolver e fomentar a leitura e a informação. Poderá servir também como suporte para a comunidade em suas necessidades.

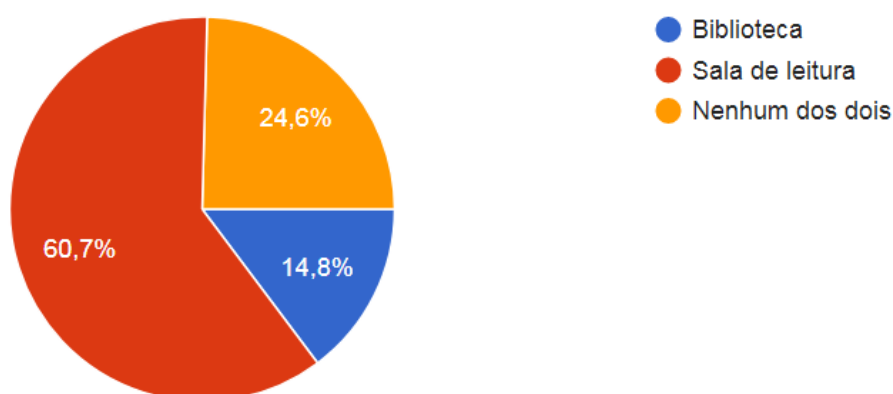
⁹ Enquanto professora, já presencie professor de Educação Física atuando como responsável pela Sala de leitura. Apesar de também ser um docente formado em uma licenciatura, o professor da área de Letras teria mais formação devido à própria configuração da matriz curricular que estudou.

Para além de um espaço de guarda de livros, a Biblioteca escolar pode ser uma instituição parceira do restante da escola no processo de desenvolvimento dos educandos. Na definição de Biblioteca escolar que apresentamos, a criança poderá ter acesso aos conhecimentos historicamente construídos, bem como debater e formar opiniões para viver em sociedade. Logo, a biblioteca inserida na escola é uma entidade parceira na formação do leitor, uma tarefa que, ao ser dita, parece tão simples, mas supera todas as demais funções utópicas a ela atribuídas devido à sua complexidade.

Contrapondo esses conceitos, entendemos que a Sala de leitura pode ser organizada e gerenciada por um profissional readaptado, enquanto a Biblioteca escolar necessita do bibliotecário. Além disso, esta última deve estar com o espaço organizado e cumprir as normas de catalogação do acervo definidas pelas Ciências da Informação. O objetivo dessa organização é que o usuário consiga utilizar a biblioteca independente do lugar onde esteja, pois compreenderá que há uma lógica de organização do espaço.

No prosseguimento da pesquisa organizada pela SEDUC, os gestores tiveram que responder: “existe biblioteca ou Sala de leitura na escola?” As respostas obtidas constam no Gráfico 1.

Gráfico 1 - Existe biblioteca ou Sala de leitura na escola?



Fonte: Elaborado pelas autoras (2019).

O “Manual de Normas e Procedimentos: Sala de leitura” (2016) orienta que as escolas municipais de Presidente Prudente possuem Salas de leitura, a maioria

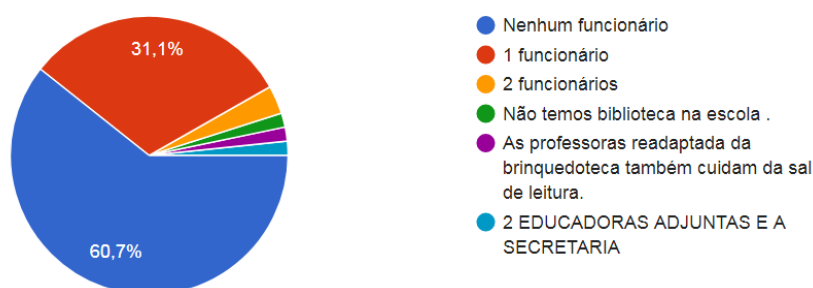
absoluta das escolas que responderam ao questionário garantiu que possuíam Salas de leitura (37), mas houve algumas respostas (9) que assinalaram ter bibliotecas. O mais agravante não é a nomenclatura que os gestores deram aos espaços de leitura, mas a informação que no século XXI ainda temos municípios de porte médio, como é o caso de Presidente Prudente em que quase 1/4 das escolas (24,6%) não possuem um espaço adequado para leitura e formação da criança leitora.

Encerrando esta discussão, concluímos que não há bibliotecas escolares em Presidente Prudente, assim como já havia sido colocado no “Manual de Normas e Procedimentos: Sala de leitura” (PRESIDENTE PRUDENTE, 2016). O que existe de fato são Salas de leitura que deveriam (mas ainda não são) ser ligadas a biblioteca central que fica no CEFORPPE.

Vemos a partir desses dados que uma das possibilidades desafiadoras tanto para gestores, secretária municipal de educação, como para diretores e funcionários do CEFORPPE, seria integrar as escolas com esse Centro que teria a função de reorganizar esses espaços de forma padronizada, buscar uma identidade para os diversos segmentos: creche, pré-escola e anos iniciais do ensino fundamental I. O movimento mais importante do CEFORPPE seria criar nos docentes e profissionais que atendem espaços de leitura uma cultura para que todas as instituições escolares tivessem uma - biblioteca escolar.

Considerando essas situações, no próximo quadro analisamos o número de funcionários que gerencia o espaço de leitura das 37 (trinta e sete) escolas do sistema de ensino municipal que possuem algum espaço (Gráfico 2).

Gráfico 2 - Funcionários responsáveis pelo espaço de leitura



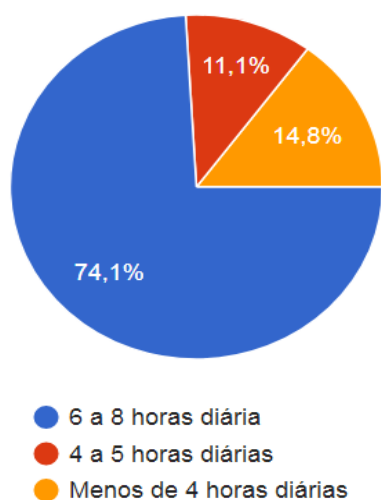
Fonte: Elaborado pelas autoras (2019).

Como podemos perceber no Gráfico 2, a grande maioria das escolas tem apenas um funcionário na Biblioteca escolar ou Sala de leitura, ou seja, há 19 escolas nessa situação. Apenas duas unidades contam com dois funcionários que se alternam entre os períodos manhã e tarde e mantêm o espaço de leitura aberto integralmente. Além disso, há realidades distintas em que os secretários, educadores infantis¹⁰ ou mesmo os adjuntos cuidam do espaço, afastando-se temporariamente de suas funções para abrir a sala de livros e atender as crianças. Encontramos um profissional readaptado que tem como função administrar o espaço de leitura e a sala de brinquedos, simultaneamente. Silva (1995) já havia discutido essa situação em um de seus livros quando afirma que o funcionário foi readaptado por estar “[...] com problemas de saúde, ou no aguardo de uma aposentadoria ou esperando um outro departamento para o qual seja transferido.” (SILVA, 1995, p. 14) sendo sobrecarregado com diversas funções que poderá deixá-lo ainda mais estafado e com baixa produtividade.

Na sequência, a sexta questão buscou descobrir a quantidade de “horas de trabalho que o responsável se dedicava ao espaço de leitura” e por conseguinte: “qual seu período de trabalho”. Observa-se nos gráficos 03 e 04 a seguinte realidade:

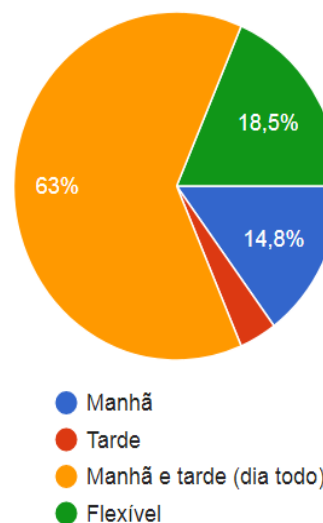
¹⁰ Embora no dicionário podemos encontrar o termo “educador” como um sinônimo possível para “professor”, no sistema municipal de Presidente Prudente – SP, esse profissional não é o professor, e sim uma outra categoria que trabalha com as crianças da educação infantil, mas não faz parte do quadro do magistério. A Lei Complementar Nº 177/2010 (PRESIDENTE PRUDENTE, 2010), que dispõe sobre a carreira do educador infantil, institui seu plano de carreira e de remuneração, e dá providências correlatas. Em seu artigo quarto define: “Para efeito desta Lei Complementar considera-se Educador Infantil os servidores ocupantes dos referidos cargos que atuam na educação infantil executando tarefas de cuidado das crianças e atividades pedagógicas”.

Gráfico 3 - Horas de trabalho dos profissionais dos espaços de leitura



Fonte: Elaborado pelas autoras (2019).

Gráfico 4 - Período de trabalho dos responsáveis pelo espaço de leitura



Fonte: Elaborado pelas autoras (2019).

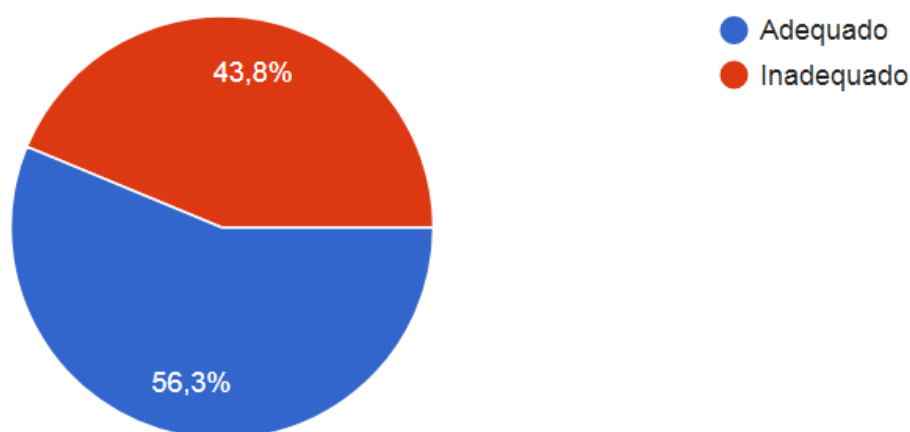
Vale destacar que, como se observa no relato desses auxiliares sobre as horas de trabalho que esses períodos não são integralmente cumpridos na Biblioteca escolar ou Sala de leitura e, muitos, atendem a secretaria e a portaria da escola, quando não há outro funcionário. Esses desvios de função, embora venham de encontro com as necessidades que são apresentadas na dinâmica do cotidiano escolar, são dados importantes de se observar, pois interferem diretamente na concepção que a escola tem sobre o funcionamento e atendimento do espaço da biblioteca escolar.

Ao discutir sobre profissionais da educação na posição de "readaptados" Noronha, Assunção e Oliveira (2008) revela que muitas vezes o motivo do adoecimento desses profissionais é justamente o trabalho desempenhado invisivelmente frente à escola, sem reconhecimento dos pares. Assim, se os sujeitos que já foram readaptados por apresentarem problemas de saúde continuarem sendo ignorados, há uma chance ainda maior de que esse adoecimento persista e que sua produtividade não seja expressiva. É preciso, diante do exposto, que instituições escolares formem esses sujeitos para que entendam que sua ocupação é além da

limpeza e organização do espaço e que se reconheça o auxiliar de Biblioteca escolar como um mediador de leitura.

No questionário, diagnóstico da SEDUC - base para esse artigo que pretendeu evidenciar um perfil dos espaços de leitura do município de Presidente Prudente - SP, e que como todo levantamento que envolve sujeitos com as mais diversas histórias, como investigadoras esperávamos na análise dos dados nos depararmos com respostas abertas escritas de forma crítica, que evidenciasse as mazelas de um espaço tão importante como aquele que forma o leitor. No entanto, os respondentes de quarenta e oito escolas nos surpreenderam ao classificar o espaço da Biblioteca escolar ou Sala de leitura como adequado (Gráfico 5).

Gráfico 5 - Como é o espaço de leitura da escola?



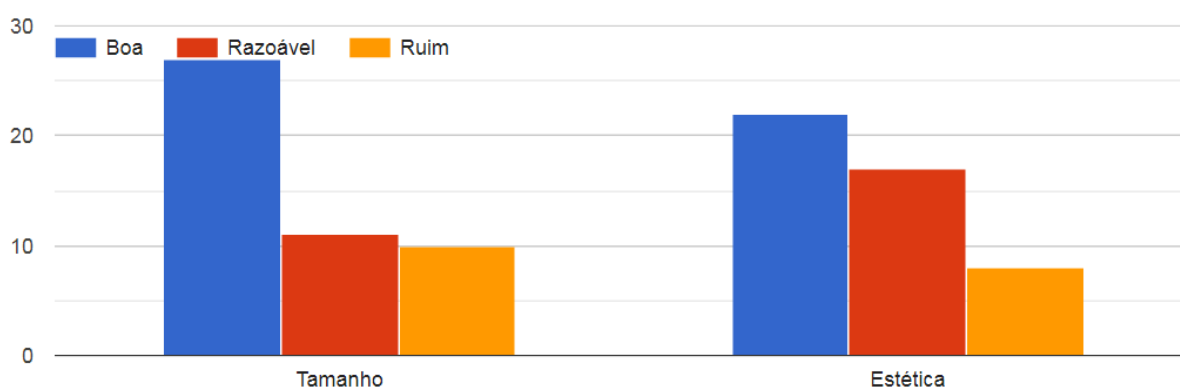
Fonte: Elaborado pelas autoras (2019).

Essa classificação, embora otimista, não pode ser considerada em sua plenitude, pois trata-se de um "adequado" baseado na visão pessoal de cada respondente, sem conhecimento ou fundamentação teórica dos padrões mínimos expostos em documentos como os da IFLA, por exemplo. Até a divulgação do questionário de função diagnóstica sobre espaços de leitura, a SEDUC já havia discorrido com diretores sobre Bibliotecas escolares e Salas de leitura, bem como formação de leitores, mas de forma diluída em diferentes momentos sem, no entanto, ter um projeto específico para tratar do assunto.

E, embora no “Manual de Normas e Procedimentos: Sala de leitura” (PRESIDENTE PRUDENTE, 2016) haja uma afirmação de que todos os espaços devem ser organizados para atender os alunos e serão nomeados de Sala de leitura, muitas escolas consideram que possuem Bibliotecas escolares, ignorando o conteúdo do texto. Além disso, ainda que o texto diga que o acervo deve ser organizado e que o espaço também trata de lugar de aprendizagem, não há uma definição clara do que seria o adequado.

Na continuidade do que foi solicitado no questionário, os respondentes deveriam classificar os espaços de leitura quanto a estética e o tamanho e, novamente, as respostas nos surpreenderam, pois foram bastante positivas (Gráfico 6).

Gráfico 6 - Tamanho e estética dos espaços de leitura

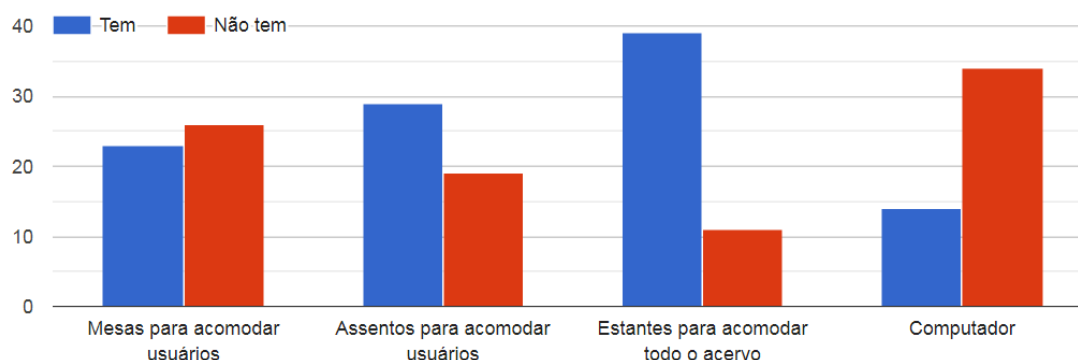


Fonte: Elaborado pelas autoras (2019).

A grande maioria dos quarenta e oito gestores considera que o espaço de suas escolas é de tamanho bom para a instalação de uma Sala de leitura, bem como há um número significativo daqueles que afirmam que tais locais possuem uma boa estética. Novamente, essa valoração foi construída com base em valores pessoais, já que as questões não definiam o espaço de tamanho ideal ou o que seria uma boa estética para tais espaços.

A contradição de tais respostas, no entanto, aparece na pergunta seguinte, sobre a infraestrutura que contemplaria o mobiliário e equipamentos que a biblioteca ou Sala de leitura possui. Vejamos no Gráfico 7.

Gráfico 7 - Mobiliários e equipamentos dos espaços de leitura



Fonte: Elaborado pelas autoras (2019).

Observando o Gráfico 7, fica evidente que os espaços para o ato de ler são basicamente compostos por estantes e assentos. Algumas escolas possuem mesas para os usuários e poucas têm computadores. Diante do exposto, indaga-se: se a maioria desses espaços é considerado adequado pelos respondentes, se a maioria desses locais possuem bom tamanho e estética, como esse espaço funciona sendo composto basicamente por assentos e estantes?

A subjetividade da avaliação pessoal do adequado e inadequado pesa nesta resposta e fica evidente quando se observa as fotografias 1 e 2, amostra retirada das enviadas desses locais, pois podemos observar que não há uma organização mínima para o desenvolvimento de um leitor eficiente.

Fotografia 1 - Sala de leitura do município de Presidente Prudente – SP



Fonte: SEDUC (2019).

Fotografia 2 - Sala de leitura do município de Presidente Prudente - SP



Fonte: SEDUC (2019).

Nas fotografias é possível observar o espaço da Sala de leitura com mesas, cadeiras, estantes, mas também uma série de materiais acumulados que não parecem fazer parte do material pedagógico, mas ainda assim estão depositados ali. As estantes são de depósito e inadequadas para o uso em bibliotecas ou Salas de Leitura por serem altas e causarem danos aos livros; o revestimento foi transformado em expositor de livros e, ainda assim, não se observa um critério claro para esses materiais estarem ali expostos; a poluição visual é grande com muitas caixas empilhadas em cima das estantes e acúmulo de papéis em pastas como pode ser observado atrás do expositor; a decoração também não parece ter um direcionamento, tendo um Visconde de Sabugosa feito em acetato-vinilo de etileno (EVA) em uma das estantes (Fotografia 1) , e no outro armário fechado (Fotografia 2) há os Pingos e uma árvore de natal, e na lousa, um quadro de flores. O espaço tem janelas pequenas e cortinas escuras e, mesmo assim, colocaram uma estante bloqueando a luz (Fotografia 2).

Sintetizamos, a partir das respostas até aqui discutidas e das duas imagens acima apresentadas que as escolas não parecem compreender o que seja uma Biblioteca escolar e que como veremos a seguir, na conclusão, há possibilidades de avanço e de mudanças, mesmo que em médio prazo, pois a partir desse questionário e da investigação defendida por Motoyama (2020), em Presidente Prudente, a Biblioteca escolar SEDUC abre uma prerrogativa de que o CEFORPPE auxilie na formação dos sujeitos readaptados e abre uma agenda para orientação de mudanças nos espaços das Salas de Leitura das instituições escolares.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalizando as reflexões levantadas ao longo deste texto em que buscamos investigar a organização dos espaços de leitura do sistema de ensino de Presidente Prudente. Concluímos que existe no atual cenário uma ausência de políticas públicas capazes de discutir esses espaços de leitura municipais de modo eficiente e que os unifique enquanto uma rede de bibliotecas escolares ou mesmo de Salas de leitura.

Se nos voltarmos para a Biblioteca escolar, no âmbito nacional, encontraremos uma enfática defesa na Lei n.º12.244/2010 (BRASIL, 2010),

idealizada pelo Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB) e tantas outras normativas como as da IFLA. Na esfera municipal, localizamos o “Manual de Normas e Procedimentos: Sala de leitura” (PRESIDENTE PRUDENTE, 2016) que também regulamenta a organização deste espaço, mas nenhum documento que direcione o sentido do espaço acolher as crianças e as auxiliarem para além da leitura literária, mas também para compreensão de como funciona uma biblioteca escolar. Em 2020, a SEDUC, designou uma diretora de escola para atuar no CEFORPPE, juntamente com a bibliotecária, para dialogarem sobre questões técnicas e pedagógicas do espaço da biblioteca escolar. Talvez esse já seja um movimento para que em médio prazo tenhamos espaços mais prazerosos que realmente funcionem e formem leitores.

Quanto aos profissionais que atuam nas Salas de leitura, constatamos uma triste realidade, para estar nesse espaço o sujeito tem que estar doente, ou seja, em readaptação. Não são eles que escolhem para onde podem ir, pois são colocados na Sala de leitura e, muitas vezes acabam sendo esquecidos pela própria escola e SEDUC, em um ambiente totalmente descontextualizado de sua formação inicial já que são pedagogos e não bibliotecários. No entanto, ao vincular os espaços de leitura das instituições escolares ao CEFORPE esses sujeitos passaram a ser valorizados, pois o Centro oferece formação específica e muitos momentos de escuta para esse profissional readaptado, que começa a se sentir parte de algo muito especial, um espaço que forma crianças leitoras.

Afinal Bajour (2012) já havia dito que escutar é muito parecido com ler, pois temos que ter vontade e disposição para aceitar o outro, a palavra alheia, que pode ser apreciada, contestada em sua complexidade. Ou seja, temos que estar preparados para atuar em um local onde nem tudo nos tranquiliza ou acontece do jeito que queríamos, mas é também na fala do outro, no divergente e diferente que ampliamos nossas visões de mundo e temos a possibilidade de formar o leitor que nos visita no espaço da Biblioteca escolar ou da Sala de leitura.

REFERÊNCIAS

- BAJOUR, C. **Ouvir nas entrelinhas**: o valor da escuta nas práticas de leitura. São Paulo: Pulo do Gato, 2012.
- BRASIL. Senado Federal. **Lei n.º 12.244 de 24 de maio de 2010**. Brasília, DF: Senado Federal, 2010.
- CAMPELLO, B. S. Perspectivas de letramento informacional no Brasil: práticas educativas de bibliotecários em escolas de ensino básico. Enc. Bibli: R. Eletr. Bibliotecon. **Ci. Inf.**, [s. l.], v. 15, n. 29, p.184-208, 2010.
- CAMPELLO, B. S et al. **A biblioteca escolar**: temas para uma prática pedagógica. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- CAMPELLO, B. S.; SILVA, M. A. **Biblioteca escolar como espaço de produção do conhecimento**: parâmetros para bibliotecas escolares. Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação/GEBE, 2010.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GONZAGA, M. M. **Biblioteca escolar e projeto político-pedagógico**: um estudo de caso. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2017.
- INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATION. Manifesto IFLA/UNESCO para biblioteca escolar. São Paulo: IFLA, 1999. Disponível em: <http://archive.ifla.org/VII/s11/pubs/portuguese-brazil.pdf>. Acesso em: 14 maio 2015.
- INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATION. Diretrizes da IFLA/UNESCO para biblioteca escolar. Haia: IFLA, 2002. Disponível em: <http://www.ifla.org/files/assets/school-libraries-resource-centers/publications/schoollibrary-guidelines/school-library-guidelines-pt.pdf>. Acesso em: 14 maio 2015.
- MOTOYAMA, J. F. M. **Bebeteca**: engatinhando entre livros. 2020. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2020.
- NORONHA, M. M. B.; ASSUNÇÃO, A. A.; OLIVEIRA, D. A. O sofrimento no trabalho docente: o caso das professoras da rede pública de Montes Claros, Minas Gerais. **Trab. educ. saúde** [online, [s. l.], v. 6, n. 1, p. 65-86, 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1981-77462008000100005&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 26 set. 2020.
- PIMENTEL, G.; BERNARDES, L.; SANTANA, M. O que é uma biblioteca? *In*: PIMENTEL, G.; BERNARDES, L.; SANTANA, M. **Biblioteca escolar**: Curso Técnico de Formação para os Funcionários da Educação. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2007. p. 21-26. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/profunc/biblio_esc.pdf. Acesso em: 23 dez. 2016.

PRESIDENTE PRUDENTE. **Decreto n.º 13.489/99 de 13 de março de 1999.** Aprova Regimento Comum das Escolas Municipais de Presidente Prudente. Presidente Prudente: [s. n.], 1999. Disponível em: <http://presidentepudente.sp.gov.br/site/Documento.do?cod=5819>. Acesso em: 24 fev. 2020.

PRESIDENTE PRUDENTE. **Decreto n.º 21.142 de 17 de agosto de 2010.** Dispõe sobre a instituição do Programa de Educação Integrada Cidadescola, que visa fomentar a Educação Integral de crianças, da Rede Municipal de Ensino do Município de Presidente Prudente. Presidente Prudente: [s. n.], 2010. Disponível em: <http://presidentepudente.sp.gov.br/site/Documento.do?cod=16699>. Acesso em: 24 fev. 2020.

PRESIDENTE PRUDENTE. **Lei nº 2296/83 de 21 de dezembro de 1983.** Dispõe sobre: Organização da estrutura básica da Prefeitura Municipal, criação e reclassificação de cargos e dá outras providências. Presidente Prudente: [s. n.], 1983. Disponível em: http://www.presidentepudente.sp.gov.br/site/leis_decretos_detalhe.xhtml?t=2&a=1983&n=2296&c=. Acesso em: 24 fev. 2020.

PRESIDENTE PRUDENTE. **Lei Complementar n.º 177/2010 de 25 de novembro de 2010.** Dispõe sobre a carreira do Educador Infantil, institui seu plano de carreira e remuneração, e dá providências correlatas. Presidente Prudente: [s. n.], 2010. Disponível em: <http://presidentepudente.sp.gov.br/site/Documento.do?cod=17541>. Acesso em: 24 fev. 2020.

PRESIDENTE PRUDENTE. Secretaria Municipal de Educação. Diretrizes pedagógicas para a organização e funcionamento das unidades escolares. Presidente Prudente: Seduc, 2002.

PRESIDENTE PRUDENTE. Secretaria Municipal de Educação. Manual de procedimentos e normas sala de leitura. Presidente Prudente: Seduc, 2016.

SÃO PAULO. **Resolução SE n.º 18, de 10 de abril de 2017.** Estabelece normas e critérios relativos à readaptação de servidores da Secretaria da Educação e dá providências correlatas. São Paulo: [s. n.], 2017. Disponível em: http://vclipping.planejamento.sp.gov.br/Vclipping1/index.php/Resolu%C3%A7%C3%A3o_SE_n%C2%BA_18,_de_10_de_abril_de_2017. Acesso em: 10 ago. 2018

SÃO PAULO. **Resolução SE 15/2009.** Dispõe sobre a criação e organização de salas de leitura nas escolas da rede estadual de ensino. São Paulo: [s. n.], 2009. Disponível em: http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/15_09.HTM?Time=24/08/2018%2015:24:11. Acesso em: 30 out. 2016.

SILVA, W. C. **Miséria da biblioteca escolar.** São Paulo: Cortez, 1995.